



GOVERNABILIDADE

Encaixes da reforma passam pelo Congresso

Na arrumação das novas peças nos ministérios, Lula tem de fazer movimentos que azeitem a relação com Motta e Alcolumbre

» DENISE ROTHENBURG

Praticamente resolvida a troca de Nísia Trindade por Alexandre Padilha no Ministério da Saúde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cuida, agora, da coordenação política de seu governo, em meio a uma queda de braço entre o PT e os partidos aliados pelo cargo de ministro da Secretaria de Relações Institucionais. Escalado desde o governo de Dilma Rousseff, os petistas resistem a abrir o espaço do Palácio do Planalto a outras legendas — e foi esse o sentimento captado na festa de 45 anos do PT, sábado, no Rio de Janeiro.

Porém, há uma avaliação interna no governo de que Lula precisa ter, no Planalto, alguém que tenha mais liberdade com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Em tese, isso permitiria ao presidente recolocar seu relacionamento com os comandantes das duas Casas no mesmo nível de seus mandatos anteriores.

O PT tem dúvidas sobre isso. O partido não se esquece de que, em abril de 2015, entregou a coordenação política do governo Dilma ao então vice-presidente Michel Temer. Há dentro do partido quem diga, reservadamente, que ali — e sob os cuidados do então ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha — surgiu o mapa político de aliados então insatisfeitos com o governo que serviu para desencadear o processo de impeachment. Ainda que Temer tenha dito que não participou de

articulação alguma, muita gente no PT não acredita nele. Por isso é que, na atual gestão de Lula, a legenda exigiu que seus integrantes ocupassem os postos no coração do governo.

Solução caseira

A preferência de integrantes do PT é de que Lula nomeie para o lugar de Padilha na Secretaria de Relações Institucionais alguém do partido, como o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE). Porém, não resolveria o problema de proximidade com os presidentes das casas legislativas. O nome do senador Jaques Wagner (PT-BA) também foi lembrado, mas, nesse caso, não facilitaria a convivência com a Câmara dos Deputados.

Diante da necessidade de abrir um lugar no Planalto para aliados, Lula passou a listar o que um novo ministro teria de resolver. O primeiro ponto é azeitar a relação com o Centrão e, aí, entra a aproximação com Motta e Alcolumbre. Identificado o objetivo, é ver quem tem perfil para assumir a tarefa.

Foi assim que se chegou ao nome do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, do mesmo partido que o presidente da Câmara e com o qual tem relação de proximidade. Outro que entrou no rol de “resolvedor” é o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões (AL).

Isnaldo esteve, inclusive, cotado para ser candidato ao comando da Câmara. Quando soube que o candidato seria Motta, disse que não iria concorrer contra “um irmão”. É um dos mais próximos do presidente da Câmara. E há, no MDB, uma insatisfação

Ricardo Stuckert / PR



Motta, Lula e Alcolumbre. Presidente quer sintonia com os presidentes da Câmara e do Senado nos moldes das que teve no primeiro e no segundo governo

pela falta de um representante da bancada de deputados no primeiro escalão do governo. Hoje, os ministros do MDB são Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transportes) — numa negociação com os senadores do partido —, além de Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), que concorreu ao Palácio do Planalto em 2022 e apoiou Lula no segundo turno. Ela é vista entre emedebistas como uma escolha

pessoal de Lula.

Ação em sequência

Nos últimos dias, houve muita gente citando, nos bastidores, o nome do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do PSD de Minas Gerais, as Relações Institucionais. Seria a forma de Lula liberar a pasta de Silveira para uma indicação de Alcolumbre e, como ato contínuo,

atrelar um pouco mais o PSD de Gilberto Kassab ao governo. Essa manobra também é vista como um fator de ajuste na relação com a Câmara.

Lula passa esses dias conversando com alguns aliados sobre esse assunto. Muitos consideram que o PT tem espaço demais no governo e que terá que ceder aos aliados. Porém, a avaliação é a de que não dá para abrir outros espaços, sob pena de abrir demais

a guarda para 2026. Afinal, o partido, conforme foi dito na festa do 45º, no sábado, passou por muitos problemas e sobreviveu. Reforma ministerial ajuda na governabilidade e na melhoria dos índices de popularidade, mas o remédio mais eficaz é a população perceber que o governo entrega o que prometeu e que age para não aumentar a carga de sacrifícios imposta ao cidadão-contribuinte-eleitor.

Número de deputados pode ir de 513 para 527

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretende fazer tramitar, na semana seguinte à do carnaval, um projeto propondo aumentar o número de deputados dos atuais 513 para 527. Seria a primeira mudança no número de integrantes da Casa desde 1993.

A discussão sobre a representatividade de cada unidade da federação na Câmara não é nova, mas o Censo de 2022 mostrou que, considerando as mudanças populacionais, alguns estados estão sub-representados — enquanto outros têm deputados sobrando. Por conta de uma ação movida pelo Pará, em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo até 30 de junho para que o Congresso reveja a distribuição de cadeiras da Casa.

Se até lá o Legislativo não editar uma lei complementar sobre o tema, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinará o número de cadeiras de cada unidade da Federação terá nas eleições de 2026. Isso precisará ser feito até outubro, um ano antes do pleito, conforme prevê a Constituição.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), se as cadeiras forem redistribuídas sem acrescentar outras novas, como quer Motta, 14 estados seriam afetados (veja quadro). Perderiam vagas: Rio de Janeiro (quatro), Rio

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Câmara pode ter mais 14 deputados. Presidente da Casa quer fazer proposta tramitar depois do carnaval



A solução seria um acordo, com o Supremo, para que se aumente a quantidade de deputados federais e ninguém perca"

Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

Grande do Sul, Piauí, Paraíba e Bahia (duas), Pernambuco e Alagoas (uma). Ganhariam: Pará e Santa Catarina (quatro), Amazonas (duas), Ceará, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso (uma).

Motta não quer desagradar os deputados dos estados que perderão cadeiras nesse novo modelo. Quer dar um jeito de todos saírem ganhando. Para justificar isso, passou a repetir as dúvidas levantadas pelas bancadas

“prejudicadas” sobre a confiabilidade dos dados do Censo.

“Tem muito questionamento sobre o Censo, realizado no pós-pandemia. Perder essa representatividade é perder orçamento, tira vozes importantes e o critério também não é justo. Quem cresceu tem o direito. Penso que a solução seria um acordo, combinado com o Supremo, para que se aumente a quantidade de deputados federais e ninguém perca”, disse Motta.

“Temos que fazer isso até junho, e tenho de ter a garantia de que o presidente Alcolumbre vote (o projeto) no Senado. Temos que fazer o dever de casa para que isso não represente aumento do custo da Casa”, acrescentou. O aumento de custos com a proposta, no entanto, é quase certo, já que seriam mais 14 deputados a receber um salário de R\$ 44 mil, benefícios como auxílio-moradia e verba de gabinete.

Deputados de estados que

ganhariam vagas na Câmara defendem a iniciativa. Os estados que perderiam representatividade, como é o caso do Rio de Janeiro, protestam e falam em perda de recursos, já que cada deputado tem direito a emendas milionárias para suas bases eleitorais.

Para o doutor em ciência política Adriano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a ideia de Motta é um “equivoco”, pois colocará os parlamentares no centro de uma pauta negativa. “O aumento do número de vagas gerará aumento de custos. Pesquisas de opinião revelam reduzida confiança dos eleitores com o Congresso. Trará notícias negativas, principalmente agora, que o debate é o controle do gasto público”, avalia.

Além do aumento de gastos, fica claro que a proposta de Motta dá continuidade ao corporativismo defendido pelo antecessor, Arthur Lira (PP-AL) — salienta o cientista político Eduardo Grin, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Cada vez mais, presidentes da Câmara e do Senado são presidentes de organizações sindicais. Representam a si mesmos, não têm vergonha alguma de assumir que não estão representando a sociedade. O parlamento se acha o verdadeiro poder, com capacidade de fazer qualquer emenda, pois emendas constitucionais não precisam se submeter ao veto presidencial”, observa.

Dança das cadeiras

Quatorze estados são afetados pela redistribuição com base no Censo de 2022. Sem aumentar o número de vagas, seis estados perdem representantes.

Varição	(deputados)
Rio de Janeiro	- 4
Santa Catarina	+ 4
Pará	+ 4
Amazonas	+ 2
Ceará	+ 1
Goiás	+ 1
Minas Gerais	+ 1
Mato Grosso	+ 1
Pernambuco	- 1
Alagoas	- 1
Rio Grande do Sul	- 2
Piauí	- 2
Paraíba	- 2
Bahia	- 2

Fonte: levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)